**PANORAMA DAS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO DO CAMPO NO MARANHÃO ENTRE 1998 E 2024**

**RESUMO**

Este artigo situa o movimento da educação do campo no Maranhão e as políticas de educação implementadas entre 1998 e 2024, e é decorrente de uma pesquisa maior intitulada “Panorama da Educação do Campo”, realizada pelo Grupo de Estudos e Pesquisa em Políticas Educacionais (GEPPE). A metodologia utilizada foi o levantamento bibliográfico e pesquisa documental de leis, resoluções e programas de educação do campo no Maranhão. Realizamos o mapeamento e a caracterização de seis políticas: Escola Ativa, o PRONERA, as CEFFAs, o Saberes da Terra, a LEDOC e a Escola da Terra, que abrangem o nível fundamental, médio, superior, pós-graduação e formação continuada, na modalidade por alternância, alcançando aproximadamente 100 mil pessoas. Identificamos que os principais desafios da educação do campo são o abandono do Estado e a interferência do capital no território camponês.

**Palavras-chave**: Políticas Públicas. Educação do Campo. Maranhão.

**ABSTRACT**

This article presents the rural education movement in Maranhão and the educational policies implemented between 1998 and 2024. It is the result of a larger study, called “Panorama da Educação do Campo” (Panorama of Rural Education), carried out by the Research and Studies Group on Educational Policies (GEPPE). The methodology used was a bibliographic survey of authors who discuss rural education and documentary research on laws, resolutions, and programs that meet the needs of the countryside. We mapped and characterized six policies: Escola Ativa, PRONERA, CEFFAs, Saberes da Terra, LEDOC, and Escola da Terra, which are offered at the elementary, middle, higher, and continuing education levels, in an alternating format, reaching approximately 100,000 individuals. Faced with this movement for quality education, the main challenges are the abandonment of the State and the interference of capital.

**Keywords**: Public Policies. Rural Education. Maranhão.

**1 INTRODUÇÃO**

A educação, como direito de todos e dever do Estado e das famílias, está garantida no art. 206 da Constituição de 1988, documento que tem como uma de suas missões a redemocratização do país após 30 anos de ditadura empresarial-militar. Mas a garantia legal não significou a efetividade do direito e coube – e ainda cabe – à sociedade civil a luta pela sua concretização. Nosso país se forja na subserviência ao regime colonial, traduzida, em muitos de nossos momentos históricos, no autoritarismo e perseguição contra a própria população, mas garantindo a produção de matéria-prima (*commodities*) não para benefício dos que aqui vivem, mas para consumo dos países colonizadores. Por isso, no campo, a luta por direitos se acentua, pois historicamente, com ou sem ditadura, - deve-se frisar - esse espaço é cenário de uma série de violências.

E, no que diz respeito ao Maranhão, o projeto colonizador/violador reservou à sua população uma realidade de extrema vulnerabilidade. Segundo dados da Síntese de Indicadores Sociais do IBGE 2024, o Maranhão segue sendo dos estados mais pobres da federação, o quarto com maior taxa de alfabetismo entre a população maior de 15 anos (11,5%), e como informa o Relatório de Conflitos Agrários da Comissão Pastoral da Terra de 2023, o terceiro estado com maior número de conflitos no campo (206).

Assim, no projeto do capital, se o campo não é o lugar da circulação das mercadorias, nem da grande produção industrial, e sequer é lugar de produção de alimentos, se o campo é o lugar da produção de commodities, sua população deve migrar ou desaparecer, cedendo espaço para seus empreendimentos, o que Molina (2017) denomina de ruralidade dos espaços vazios. Daí justifica-se a ausência e negação de políticas que permitam a estruturação da existência dos povos do campo, como as de educação. As políticas de educação do campo hoje conquistadas são fruto de um longo e intenso percurso histórico de organização e luta camponesa, mas que tem seu marco na segunda metade da década de 1990, muito em razão de um caso de violência ocorrida no estado vizinho ao Maranhão, e que com ele guarda muitas semelhanças naturais, culturais e sociais: o Pará.

Assim, o Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra (MST) organizou o I Encontro Nacional dos Educadores da Reforma Agrária (I ENERA) em 1997 em Goiás. Das articulações oriundas desse encontro, é possível a elaboração e implementação da primeira política de Educação do Campo, o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), instituído a partir da Portaria n.10/1998 pelo então Ministério Extraordinário de Política Fundiária (Molina e Antunes-Rocha, 2014). Nesse ponto, devemos chamar atenção para o que chamamos de *Educação do Campo*:

A Educação do campo nasceu como crítica à realidade da educação brasileira, particularmente à situação educacional do povo brasileiro que trabalha e vive no/do campo. (...) A Educação do campo surgiu em um determinado momento e contexto histórico e não pode ser compreendida em si mesma, ou apenas desde o mundo da educação ou desde os parâmetros teóricos da pedagogia. Ela é um movimento real de combate ao ‘atual estado de coisas’: movimento prático, de objetivos ou fins práticos, de ferramentas práticas, que expressa e produz concepções teóricas, críticas a determinadas visões de educação, de política de educação, de projetos de campo e de país, mas que são interpretações da realidade construídas em vista de orientar ações/lutas concretas (Caldart, 2009, p.42-43).

Partindo dessa compreensão, o movimento da educação do campo se mobiliza para fazer o Estado responder ao direito à educação dos povos camponeses. “Educação do campo: direito nosso, dever do Estado” passa a ser o grande lema das suas reivindicações.

Neste trabalho procuramos situar como esse movimento da educação do campo é constituído no Maranhão e quais são as principais políticas de educação do campo implementadas no estado entre 1998 e 2024. Escolhemos o marco de 1998 por conta do “batismo da educação do campo”, ocorrido durante a I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo.

Aqui realizamos uma síntese do levantamento bibliográfico e documental de uma pesquisa mais ampla intitulada “Panorama da Educação do Campo no Maranhão”, que tem como objetivo geral: “analisar as políticas de Educação do Campo no estado do Maranhão, no período de 1998 a 2022, considerando a relação Estado-sociedade na garantia do direito à educação da população camponesa nos seus diversos contextos.” A pesquisa é realizada pelo Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Políticas Educacionais (GEPPE) vinculado aos Departamentos de Educação, Departamento de Economia, Programa de Pós-Graduação em Educação e Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão, com financiamento da FAPEMA (Fundação de Amparo à Pesquisa e Desenvolvimento Científico do Maranhão).

No primeiro tópico, fazemos um resgate da trajetória do movimento da educação do campo no Maranhão, demarcando seus sujeitos e as lutas enfrentadas. Em seguida, listamos e caracterizamos as políticas de educação desenvolvidas no estado. E por fim, fazemos uma breve análise do momento atual da educação do campo no Maranhão.

**2. O MOVIMENTO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NO MARANHÃO**

O Maranhão não ficou alheio às discussões em torno da educação dos camponeses que ocorriam em âmbito nacional. Pelo menos desde a década de 60, já havia no Maranhão práticas de educação no campo oriundas da mobilização popular, isto é, independentes da ação e do controle do Estado. Os movimentos eclesiais de base (MEB) com suas ações de educação popular e a implementação dos centros familiares de formação por alternância (CEFFA) a partir da década de 80 demonstram que o campo maranhense esteve ativo na disputa pela educação de seus filhos e filhas. Foi inclusive a partir de um curso do MEB que muitas das lideranças camponesas do estado foram alfabetizadas, cabe destacar Manoel da Conceição. Segundo Diniz (2021, p.93):

(...) no final do ano de 1999, os Movimentos Sociais do Campo MST, ASSEMA e FETAEMA, a partir de 2007 ACONERUQ e CCN, as IES UFMA, UEMA e o CEFET, atualmente IFMA, o INCRA/MA, a Escola Agrotécnica Federal e o Colégio Universitário (COLUN) se organizaram para a implantação do PRONERA. Essa mobilização estava sintonizada com o Movimento da Educação do Campo em direção a uma concepção contrária ao conceito de educação rural vigente na história desse segmento no país.[[1]](#footnote-1)

Podemos afirmar que os movimentos e instituições citados pela autora acima compõem, nesse primeiro momento, o que denominamos de movimento da educação do campo no Maranhão. Porém, deve-se lembrar que a dinâmica dos movimentos não é linear e perene, dependem das relações de força e das conjunturas apresentadas, assim o movimento da educação do campo no Maranhão é, a todo momento, reformulado, reconduzido, compondo-se de novos, antigos e diversos sujeitos, nem sempre com concepções e linhas de ação uníssonas.

A II Conferência Nacional por uma Educação do Campo, realizada em 2004, ampliou os sujeitos e o alcance da Educação do Campo no país, dentre eles a luta por um sistema público de educação do campo que contemple todas as etapas da educação básica e a necessária formação de professores e professoras do campo, buscando romper com o leiguismo e a importação de professores da cidade para o campo, como predomina na oferta da educação no meio rural.

Nesse contexto, articula-se no Maranhão, a partir do I Seminário de Educação do Campo, o Comitê Executivo Estadual de Educação do Campo no Maranhão (CEEEC/MA), órgão que reuniu os diversos movimentos, entidades e instituições interessados na proposição de políticas de educação do campo no estado e aqui deve-se destacar a atuação da União das Associações das Escolas Famílias Agrícolas do Maranhão (UAFEAMA) e da Associação Regional das Casas Familiares Rurais (ARCAFAR) no sentido da institucionalização da educação do campo no Maranhão, culminando na criação da Supervisão da Educação do Campo (SUPEC) na estrutura da Secretaria Estadual de Educação (SEDUC). (Araújo e Silva, 2023).

Dentre os seus objetivos, destacavam-se: a elaboração de forma participativa de diretrizes e estratégias para uma política pública de Educação do Campo no Maranhão; a inclusão da educação do campo na agenda dos movimentos sociais e de sindicatos de trabalhadores e trabalhadora rurais; trabalhar para garantir a universalização da melhoria da qualidade do Ensino Fundamental e a expansão das matrículas do Ensino Médio nas áreas rurais do estado e fazer adequações curriculares para atenderem às necessidades do campo e aos interesses dos seus sujeitos. (Diniz e Macedo, 2023, p.114)

Da criação da SUPEC até 2009, um espaço de quatro anos, - que contou com a eleição de Jackson Lago em 2006, rompendo com décadas de governo da família Sarney no estado - o movimento da educação do campo conseguiu lograr algum espaço na agenda política do Maranhão e encaminhar algumas ações como a realização de encontros, debates sobre currículo e formação de professores e a composição de uma equipe responsável pela formulação de diretrizes estaduais para a educação do campo. Entretanto, o golpe que destituiu o governador democraticamente eleito interrompeu esse movimento, “é como se a educação do campo no Maranhão voltasse a ficar invisível” (Diniz e Macedo, 2023, p.115).

A partir de então observa-se um arrefecimento do movimento da educação do campo no Maranhão de forma mais organizada. Com a chegada de Flávio Dino ao governo estadual e seu alinhamento com o campo progressista do estado, esperava-se uma retomada das articulações e ações em torno da educação do campo. Entretanto, na contramão das expectativas, a Supervisão de Educação do Campo é extinta na SEDUC em 2014, inviabilizando a possibilidade de diálogo direto e institucionalizado entre os movimentos sociais e o Estado.

Apesar disso, o movimento da educação do campo no Maranhão segue em sua agenda de lutas e ganha novo fôlego a partir da criação do Fórum Popular de Educação do Campo no Maranhão (FOPEC) em 2021 em Bacabal reunindo diversos movimentos e organizações sociais do campo, com forte presença de organizações que representam os CEFFAS, trabalhadoras e trabalhadores camponeses, indígenas, quebradeiras de coco e instituições de ensino superior do estado. Está entre os objetivos da organização: “Intervir nas políticas públicas de educação do campo (reivindicando, propondo, avaliando) no âmbito da legislação, de orientações curriculares e de ações que materializam a educação do campo no estado” (FOPEC, 2021, s/p).

 Diante desse cenário, traçamos, neste artigo, um panorama das políticas de educação implementadas no campo maranhense a partir do marco histórico de 1998, onde emergem as lutas por educação do campo em âmbito nacional e local, de uma forma mais intensificada e organizada pelos sujeitos camponeses.

**3. POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO NO CAMPO NO MARANHÃO ENTRE 1998 E 2024**

Neste tópico trazemos algumas das políticas públicas e marcos regulatórios da Educação do Campo desenvolvidas no Maranhão entre 1998 até 2024, como o Programa Escola Ativa de 1997, o Programa Nacional de Educação em Áreas de Reforma Agrária (PRONERA) de 1999, as experiências CEFFAS de 1984 até os dias de hoje, o ProJovem Campo Saberes da Terra de 2006, o Programa de Educação do Campo (Procampo) de 2007, o Escola da Terra de 2012, e a Licenciatura em Educação do Campo (LEDOC) de 2009. Ao olharmos para essas políticas, não podemos desconsiderar os projetos de campo e de educação em disputa em nosso país, e as conjunturas em que são desenvolvidas

**3.1 Programa Escola Ativa**

O Programa Escola Ativa pode ser considerado como a resposta do capital para as reivindicações das populações camponesas por educação. Segundo Relatório de pesquisa sobre a Educação Rural no Maranhão (RPERM) de 2003, o programa, realizado em parceria entre o MEC/FUNDESCOLA e o Banco Mundial, foi implementado no Maranhão em 1997, nos municípios de Viana, São João Batista e Bequimão, e foi a principal política de educação no meio rural que buscou atender as séries iniciais do ensino fundamental das escolas multisseriadas.

Referenciado nas formulações da escola nova, coloca o ensino centrado no aluno e em sua realidade social, compreendendo os professores como facilitadores da aprendizagem, gestão participativa e uma metodologia baseada em passos a serem seguidos como um receituário. Suas ações eram capacitar professores e supervisores para acompanharem e monitorarem as escolas, assim como distribuir cadernos e kits pedagógicos para os professores, alunos e escolas (Coelho e Cavalcanti, 2022). As autoras Coelho e Cavalcanti (2022) pontuam que, embora o programa tenha sido o único a atuar nas escolas multisseriadas, sua concepção, em modelos prescritivos, limitavam a autonomia, e por isso não contribuíram para uma educação emancipadora.

No ano de sua implementação, 1997, o estado contava com 9.450 turmas multisseriadas em diversos municípios, apesar do alto número de classes multisseriadas no estado, o programa contemplou somente 22 turmas nessa primeira etapa, não atingindo a meta de 100%. Em 1998 o programa se expandiu e contemplou mais 11 municípios, totalizando 60 escolas, 2.823 alunos e 105 turmas; já em 1999 haviam sido alcançadas 104 escolas, 5.959 alunos e 211 turmas. Em 2009, encontravam-se com o projeto implantado em 160 municípios, atendendo 2.482 escolas e 3.762 turmas, 70.286 alunos, contendo 3.893 professores e 2.312 agentes pedagógicos. (Souza, 2009). O programa durou até 2013, alcançando 190 municípios (Araújo e Silva, 2022) tendo sido substituído pelo Programa Escola da Terra.

**3.2. Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária**

O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) inaugurado em 1998 é uma política pública voltada para a Educação do Campo, busca criar e apoiar projetos de ensino que visam o desenvolvimento educacional de jovens e adultos trabalhadores camponeses que residem em assentamentos de reforma agrária, assim como formar professores e educadores do campo a fim de erradicar o analfabetismo e garantir o direito à educação, sendo implementada pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) através do INCRA e parcerias entre universidades, secretarias de educação e movimentos sociais. É a primeira política a atender a educação do campo no âmbito do Estado, permitindo avançar no fortalecimento das populações do campo, em seus direitos à terra e à educação. Seus objetivos são:

I – oferecer educação formal aos jovens e adultos beneficiários do Plano Nacional de Reforma Agrária - PNRA, em todos os níveis de ensino;

II – melhorar as condições do acesso à educação do público do PNRA;

III – proporcionar melhorias no desenvolvimento dos assentamentos rurais por meio da qualificação do público do PNRA e dos profissionais que desenvolvem atividades educacionais e técnicas nos assentamentos. (Brasil, 2010, p. 3).

No Maranhão, os primeiros projetos do PRONERA foram desenvolvidos em 1999, a saber, três projetos de EJA/ ensino fundamental (alfabetização e anos iniciais), em articulação entre FETAEMA, MST, ASSEMA, UFMA e o antigo CEFET, hoje IFMA. Ao todo foram 18 turmas de EJA no período de 1999 a 2016 e atendendo 21440 pessoas, estendendo-se para projetos de Ensino Médio técnico, com cursos de formação em Magistério, Agropecuária, Agroecologia, Técnico Agrícola e Saúde Comunitária, com 9 turmas e 1651 jovens matriculados; uma Ação Residência Jovem em 2014 -Residência Agrária Jovem – com 32 alunos. Conta-se com 7 projetos de Ensino Superior entre 2009 e 2024, sendo dois cursos de Pedagogia da Terra, dois de Zootecnia, dois de Agronomia e um de Comunicação/Jornalismo, com 205 alunos concluintes e 155 vagas nos cursos em andamento. Na Pós Graduação, realizou-se a Especialização em Questão Agrária, Agroecologia e Educação do Campo em parceria com IFMA e MST, e 63 alunos atendidos, e um Mestrado em Comunicação aprovado em 2019 em execução em parceria entre UFMA e MST.

Os dados fornecidos pelo INCRA indicam o total de 37 projetos desenvolvidos no Maranhão e 37 municípios envolvidos, atendendo 23631 trabalhadores rurais, professores e jovens do campo. Ao todo, os projetos executados tiveram um valor orçamentário de mais de 57 milhões de reais. Foram muitos os parceiros nos projetos desenvolvidos, entre os já citados anteriormente, destacamos a presença das comunidades negras e quilombolas através da ACONERUQ (Associação das Comunidades Negras Rurais e Quilombolas do Maranhão) e do CCN (Centro de Cultura Negra).

**3.3. Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFAS)**

Os CEFFAS são organizações escolares agrícolas que funcionam através de alternância, ou seja, os alunos ficam 15 dias na escola com apoio dos professores e monitores, estudando, tendo vivências teórico-práticas e em seguida ficam 15 dias em sua comunidade, pesquisando, observando e intervindo na realidade. A Alternância é uma alternativa pedagógica que possibilita a permanência da juventude camponesa em seus territórios e atua de maneira significativa, contribuindo para o desenvolvimento social, econômico, ambiental e político da comunidade em que residem esses jovens.

As experiências das CEFFAS no Maranhão têm mais de 40 anos. Segundo dados obtidos em relatório de pesquisa sobre a educação rural no Maranhão de 2003, a fundação da primeira Escola Família Agrícola (EFA) aconteceu em 1982, no município de Poção de Pedras, enquanto a primeira Casa Familiar Rural (CFR) foi criada em Coquelândia – Imperatriz, em 1996. A partir dessas primeiras iniciativas, outras CEFFAS foram sendo implantadas nesses longos anos, apesar de enfrentarem muitos desafios.

A região do Médio Mearim possui o maior número de EFA, nos municípios de São Luiz Gonzaga, Lago do Junco, Lago da Pedra, além de ser o berço da primeira experiência. De acordo com a página da UAEFAMA, até 2021 o atendimento foi de 18 EFAs, 1353 estudantes, 58 municípios e 334 comunidades. A partir da promulgação da Lei Estadual Nº 10.173 de 15 de novembro de 2021 que prevê apoio financeiro a organizações que promovam Educação do campo com princípios da pedagogia da alternância, espera-se que novas CEFFAS possam ser criadas e que as existentes sejam fortalecidas.

**3.4 Programa Saberes da Terra / Projovem Campo**

Saberes da Terra foi um programa do âmbito federal que tinha como objetivo ofertar a escolarização em nível fundamental a jovens agricultores com idade entre 18 a 29 anos, os quais foram excluídos da oportunidade de estudar, buscando integrá-los ao processo educacional, e qualificá-los profissionalmente para o trabalho.

No Maranhão, o Programa Saberes da Terra se iniciou em 2006 com o projeto Piloto, em parceria entre o MEC e a SEDUC, atendendo 600 jovens agricultores em 22 municípios do Território da Cidadania, tendo 56 educadores e 5 coordenadores, juntamente com a coordenação estadual. Com o sucesso do programa, em 2008, houve a expansão da proposta para atender mais de 2000 agricultores em 56 municípios, aumentando para 172 o número de educadores e 8 o de coordenadores. Porém, diante de desafios orçamentários, a meta foi reajustada para 1650 agricultores, e apenas 23 municípios. Já em 2019 o programa atendeu 25 municípios, 625 educandos e 125 educadores. (Araújo e Silva, 2023).

 O Programa Projovem Campo – Saberes da Terra se caracterizava como ação político-pedagógica na garantia do direito à educação dos povos do campo mediante a defesa de um currículo das escolas do campo e práticas pedagógicas alinhadas aos movimentos sociais e sindicais. No contexto de reorganização das políticas do MEC e em meio a conflitos, o programa foi substituído pelo Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem, constituindo a modalidade Projovem Campo - Saberes da Terra, para execução no ciclo de 2024 a 2027, o que permite a continuidade da ação de educação de jovens e adultos do campo, porém com alterações que comprometem a concepção original do Programa Saberes da terra, a exemplo do recorte etário.

**3.5. Licenciatura em Educação do Campo**

A Licenciatura em Educação do Campo (LEDOC) surge com o Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (ProCampo), criado em 2006 pelo MEC por iniciativa da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) e iniciado em 2007. O programa apoia a criação de projetos na área de formação de educadores em nível superior para o trabalho na educação básica em escolas do campo, buscando atender a demanda de formação de professores do campo para atuarem nos níveis fundamental e médio nas escolas do campo.

No Maranhão, a proposta se concretiza a partir de 2009, na UFMA com os projetos desenvolvidos pelo ProCampo. Posteriormente, através do Edital da Secretaria de Ensino Superior (SESU)/ Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC)/SECADI nº2/2012 tornou-se possível institucionalizar os cursos da LEDOC como regulares nas IES, isto é, com ofertas anuais de vagas para jovens e professores camponeses e abertura de concurso para profissionais atuarem na formação desse público na universidade.

Assim, a Universidade Federal do Maranhão, que já contava com um projeto da LEDOC em desenvolvimento, busca institucionalizar o curso em sua estrutura. Entretanto, após intensas negociações e tensões, o Curso de Licenciatura em Educação do Campo, criado pela resolução do CONSUN 111/2009, foi institucionalizado, com as resoluções do CONSEPE 1172/2014 e 1174/2014 aprovando respectivamente os projetos político-pedagógicos das áreas “Ciências Agrárias” e “Ciências da Natureza e Matemática. Observa-se que a criação de dois códigos para o curso que foi institucionalizado vem comprometendo a centralidade da Educação do Campo na formação desses professores, e tem atravessado as relações entre os diversos sujeitos responsáveis pela implementação da única LEDOC institucionalizada que temos em uma IES pública no Maranhão (LOPES, 2022).

De todo modo, contamos hoje no Maranhão com um curso regular da LEDOC na UFMA, campus de Bacabal, com habilitação em Ciências Agrárias e Ciências da Natureza e Matemática, dois cursos pelo ProCampo no IFMA, campus Maracanã, com habilitação em Matemática e Ciências da Natureza, e uma LEDOC desenvolvida pela UEMA através do seu programa PROETNOS (Programa Docente para a Diversidade Étnica) com habilitação em Ciências Humanas, realizado em parceria com o MIQCB - MA (Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco).

**3.6. Programa Escola da Terra**

O programa Escola da Terra foi criado em 2012 para atender a Educação do Campo no que diz respeito à formação de professores para turmas multisseriadas, tendo substituído o Programa Escola Ativa. Está vinculado à Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação (SECADI/MEC), e no Maranhão se desenvolve com uma parceria entre a SEDUC e a UFMA, também está integrado ao Plano de Ações Mais IDH do governo do Maranhão e tem se somado a outros programas, como o PRONERA.

Este programa é uma ação do PRONACAMPO de 2012, que define ações de apoio a efetivação do direito à educação reivindicado pelas lutas dos povos do campo. Os objetivos do Escola da Terra são:

I - Promover a formação continuada de professores para que atendam às necessidades de funcionamento das escolas do campo e daquelas localizadas em comunidades quilombolas; e

II - Oferecer recursos didáticos e pedagógicos que atendam às especificidades formativas das populações do campo e quilombolas. (BRASIL, 2013)

O curso de aperfeiçoamento Escola da Terra possui carga horária de 180 horas, funcionando por meio da Pedagogia da Alternância. Na primeira etapa, realizada em 2014, foram atendidos 2.250 cursistas, que eram professores e profissionais da escola do campo, em 23 municípios. (Brasil, 2013). Até 2018 alcançou aproximadamente 41 municípios e 4.200 professores. (Araújo e Silva, 2023).

**3.7. Outras ações e marcos regulatórios da Educação do Campo no Maranhão**

Além dos programas e políticas citados acima merecem destaque as ações desenvolvidas pelo MST nas escolas do campo Roseli Nunes no assentamento Cigra, em Lagoa Grande, escola estadual que atende ao ensino médio; e a Escola Municipal Oziel Alves, atendendo da educação infantil ao ensino fundamental, no assentamento Nova Conquista em Açailândia. Município esse que, em 2022, conquista um Documento Curricular da Educação do Campo com a inclusão da Agroecologia como componente curricular nas escolas de educação básica do campo.

A Resolução CEE/MA n.104/2011, que estabelece as normas para a educação básica e a educação técnica de nível médio nas escolas do campo da rede estadual de ensino do Maranhão, também é um importante avanço, pois ao reconhecer a especificidade das escolas dos territórios camponeses, contribui para solidificar a modalidade, com oferta, estrutura e proposta curricular que trabalhem para atender a demanda do campo maranhense.

**4. CONCLUSÃO**

Apesar das inúmeras dificuldades encontradas no campo maranhense que passam pelo abandono do Estado e da interferência capital através do agronegócio e da diversidade que compõe o movimento da educação do campo, o panorama das políticas de educação do campo no Maranhão sistematizado neste trabalho nos informa que encontramos políticas significativas em nosso território.

As políticas apresentadas têm possibilitado a formação de grande número de camponeses em todas as etapas da educação, inclusive na pós-graduação, a exemplo do PRONERA. É verdade que isso ocorre muito mais pela vontade e organização dos sujeitos camponeses, que pela abertura dos gestores do Estado em garantir o direito à educação para essa população. Vemos que esse direito vem sendo arrancado com muita luta ao longo dos anos no Maranhão, e que os camponeses realizam progressivamente na educação, assim como na terra, uma ocupação de espaços negados.

Ainda persiste no Maranhão a lógica da escola do campo improvisada, sem estrutura adequada, sem conectividade, e com profissionais pouco qualificados e sem formação específica para a atuação nas escolas do campo. Muitos CEFFAS têm dificuldades no financiamento ou enfrentam desafios relacionados à baixa procura de matrículas, na oferta e formação de professores para atuarem na alternância.

Deve-se ainda dizer que passados mais de 10 anos da Resolução CEE n.114/2011, ainda não temos um material pedagógico e didático específico do território maranhense que compreenda a história, a geografia, a linguagem, a arte maranhense, com destaque para as culturas e lutas dos povos do campo, para ser trabalhado na educação básica, e a reivindicação histórica por concurso público específico para professores do campo com formação adequada, a saber nos cursos de Pedagogia da Terra e Licenciatura em Educação do Campo ainda não foi respondida.

Esperamos que a atuação do FOPEC contribua para alavancar a luta histórica da educação do campo no Maranhão e que os ocupantes do Poder Público no Maranhão - do estado e dos municípios-, eleitos muitas vezes com apoio do povo camponês, compreenda que a educação do campo é estratégica para enraizar os sujeitos do campo em suas comunidades, qualificando seu trabalho na agricultura de base agroecológica, e que é esse caminho que tornará possível o desenvolvimento da riqueza em nosso estado. O agronegócio, aqui hegemônico desde a colônia, somente prometeu, mas jamais foi capaz de entregar prosperidade ao povo maranhense, ao contrário, esse sim é o responsável pelo seu atraso.

**REFERÊNCIAS**

ARAÚJO, Michelle Sena Rosa de.; SILVA, José de Ribamar Sá. A institucionalização da educação básica do campo na agenda educacional do governo do estado do Maranhão (2003-2016). *In:* CAVALCANTI, Cacilda Rodrigues; SILVA, Paulo Roberto de Sousa (org.). **Políticas e práticas pedagógicas de Educação do Campo no Maranhão**. São Luís - MA: Viegas, 2023. p. 129-161.

BRASIL/MEC. Decreto 7.352/2010 que dispõe sobre a Política Nacional de Educação do Campo e sobre o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária. **Diário Oficial da União**. Brasília, n 5, nov. 2010.

BRASIL**.** Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **Edital de Convocação nº 09, de 29 de abril de 2009.** Convoca as Instituições Públicas de Educação Superior – IES públicas – para apresentarem projetos de Cursos de Licenciatura em Educação do Campo no âmbito do Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo - Procampo. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 29 abr. 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **Portaria nº 579, de 02 de julho de 2013**. Institui a Ação Escola da Terra. Diário Oficial da União Brasília, DF, 02 jul. 2013.

BRASIL**.** Ministério da Educação. **Projovem Campo – Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Saberes da Terra.** Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), 13 mar. 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/programas_suplementares/eja/ps-projovem-campo>. Acesso em: 12 abr. 2025.

COELHO, Thyerlem Tayharra Ferreira; CAVALCANTI, Cacilda Rodrigues. Organização do trabalho pedagógico em turmas multisseriadas: um olhar sobre as práticas pedagógicas de professoras e professores no município de Buriticupu/MA. *In:* CAVALCANTI, Cacilda Rodrigues; SILVA, Paulo Roberto de Sousa (org.). **Políticas e práticas pedagógicas de Educação do Campo no Maranhão**. São Luís-MA: Viegas, 2023. p. 281-315.

DINIZ, Diana Costa.; MACEDO, Marinalva. O movimento da Educação do Campo no Maranhão: notas para uma análise de percurso. In: CAVALCANTI, Cacilda Rodrigues; SILVA, Paulo Roberto de Sousa (org.). **Políticas e práticas pedagógicas de Educação do Campo no Maranhão**. São Luís-MA: Viegas, 2023. p. 281-315.

FOPEC**. Carta de criação do Fórum Popular de Educação do Campo do Maranhão**. Bacabal, 22 de outubro de 2021**.**

FSADU. **Relatório de pesquisa “Educação rural no Maranhão: Experiências recentes, condições educacionais e expectativas dos povos indígenas e quilombolas**. Fundação Sousândrade de Apoio ao Desenvolvimento da UFMA (FSADU). São Luís, 2003.

LOPES, Safira Rego. **Desafios e possibilidades da política de formação de professores e professoras do campo**: a experiência da Licenciatura em Educação do Campo na UFMA. 211 p. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2022.

MARANHÃO. **Lei nº 10.173, de 15 de novembro de 2014.** Institui o Programa Estadual de Apoio à Educação do Campo. Diário Oficial do Estado do Maranhão, São Luís, MA, 17 NOV. 2014.

MOLINA, Mônica Castagna. Contribuições das licenciaturas em educação do campo às políticas de formação de educadores. **Educação & Sociedade,** Campinas, v. 38, n. 140, p. 587-609, jul./set. 2017.

SOUZA, Angélica Maria Frazão de. **Projeto Escola Ativa Maranhão:** a formação de professores e supervisores no município de Viana. 193 p. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2009

UAEFAMA. **Histórico da UAEFAMA - União das Associações das Escolas Famílias Agrícolas do Maranhão.** Bacabal, 2010. Disponível em: [https://uaefama.webnode.page/sobre-nos](https://uaefama.webnode.page/sobre-nos/?utm_source=copy&utm_medium=paste&utm_campaign=copypaste&utm_content=https%3A%2F%2Fuaefama.webnode.page%2Fsobre-nos%2F)/ . Acesso em: 12 abr. 2025.

1. A saber, a descrição das siglas dos movimentos citados pela autora: Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra (MST), Associação em Áreas de Assentamento do Maranhão (ASSEMA), Federação dos Trabalhadores Rurais e Agricultores e Agricultoras do Maranhão (FETAEMA), Associação das Comunidades Negras Rurais e Quilombolas do Maranhão (ACONERUQ), Centro de Cultura Negra (CCN), Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e Instituto Federal do Maranhão (IFMA), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). [↑](#footnote-ref-1)